

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

INFORMAÇÃO SOBRE OS ÍNDIOS WAIMIRI-ATROARI

Explicação Preliminar

Cumprindo determinação da Divisão de Estudos e Pesquisas da FUNAI, procurei reunir, nas páginas que se seguem, as informações sobre os índios Waimiri que possam melhor atender aos propósitos a que se destinam.

Parece-me particularmente difícil responder, de modo objetivo e breve, aos itens 1 e 3 do pedido de informações da Superintendência Regional do Amazonas do Departamento de Polícia Federal.

No primeiro item são solicitadas informações sobre a "índole" do grupo indígena. É possível que o termo se refira às disposições (pacíficas ou hostis) do grupo em relação à sociedade regional.

Tanto neste caso quanto em relação ao terceiro quesito ("informações sobre massacres anteriormente provocados pelos mesmos grupos indígenas"), é impossível uma resposta direta e breve. A informação que se requer pode, entretanto, ser apreendida da análise da copiosa documentação existente sobre os contatos entre os Waimiri e a sociedade regional do Rio Negro, especialmente significativa e detalhada a partir de meados do século XIX. Esses dados são de especial valia para o esclarecimento das profundas tensões que opõe a sociedade regional ao grupo indígena em questão e fornecem um insubstituível ponto de partida para a compreensão dos surtos periódicos de violência que têm, ao longo dos anos, vitimado brancos e índios. Os fatos, mesmo os mais recentes, têm fundas raízes no passado e suas causas só poderão ser verdadeiramente isoladas e compreendidas pela análise do caráter geral das relações históricas e atuais entre índios e brancos nessa região.

Em virtude das razões apontadas, a resposta ao pedido de informações não pôde ser fornecida com maior rapidez ou economia de espaço.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

### Localização, nomes tribais e dados demográficos

Os Waimiri-Atroari constituem um grupo indígena de língua Karib, dividido em um número não definido de sub-grupos locais, ocupando tradicionalmente as regiões de floresta equatorial que se dispõem entre a foz do Rio Negro e os diversos tributários do rio Branco. Sua fronteira ocidental parece ser delimitada pelos rios Mahú e Jamundá, ou Mapuera, e através dela comunicam-se com outros grupos do mesmo tronco lingüístico. A oeste seu limite foi sempre, provavelmente, o Rio Negro.

A informação de Gillin (*Handbook of South American Indians*, III: 807) de que os Crichaná (Waimiri) se estenderiam até às nascentes do Uraricoera, no Parima, decorre de simples equívoco na leitura de Barbosa Rodrigues. Este naturalista refere-se a esta área como o habitat dos Purukotó, grupo que considera muito assemelhado, lingüística e culturalmente, aos Waimiri-Crichaná.

Há evidência histórica de que, para o sul, os Waimiri atingiam a região dos Urubu, Uatumã e Jatapú. Esses tributários do Amazonas, desde meados do século XVII, foram alvo de sucessivas expedições em busca de escravos indígenas. É provável que o fato tenha forçado um retraimento paulatino do grupo em direção à bacia do Jauaperi, que se transformaria em sua área de maior concentração.

Mesmo no século atual, entretanto, há indícios da presença de índios Waimiri na região do Uatumã:

"Em março de 1916, o bravo e muito digno inspetor Bento Lemos verificou que uma parte dos gentios do Jauapery e seus afluentes é estável e sedentária, ao passo que outra parte é errante e nômade, passando uma época do ano na região do Uatumã, diretamente pelo Alauahú ou por intermédio do Urubú... O próprio autor destas linhas, quando esteve no Uatumã em 1911, lá encontrou essa tradição e, indo posteriormente ao Jauapery, pôde verificar a inteira identidade da língua dos seus índios com a dos que frequentam habitualmente, de setembro a dezembro, o primeiro desses rios" (Alípio Bandeira, 1926:34-35).

O habitat desses índios inclui as áreas banhadas pelos rios Jatapu, Uatumã, Urubu, Tarumã Açu, Cuieiras, Apuaú, Curiaú e Camanaú, Jauaperi (com seus afluentes Alalauá, Muranaú, Branquinho e Macucuaú) e Branco (especialmente seu afluente Anauá). A leste, fazem fronteira com os Waiwai e outros grupos Karib da região, com os quais têm relações freqüentes e amistosas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Além do designativo usual - Waimiri (Uahmiri) --, esses índios são conhecidos por outros nomes que podem referir-se a uma ou várias sub-divisões do grupo: Jauaperi (Yauapery, Yauapiri) - provavelmente em virtude do rio que habitam --, Atroari, ou Atruahi, e Crichaná -- nome introduzido na bibliografia etnológica por Barbosa Rodrigues, 1885, cf. bibliografia, e que o naturalista diz ser seu auto-designativo tribal. O termo "Atroari" ou "Atruahi" induz a uma falsa identificação com os Atorai (Atterreidi etc.), grupo Aruak localizado nas nascentes do Rupununi e Tacutu, que teria sido absorvido pelos Wapishana (cf. HSAI, III: 802).

Segundo Barbosa Rodrigues, os Waimiri (Crichaná) seriam, do ponto de vista lingüístico e cultural, muito semelhantes aos Parukotó (Iparucotó) e aos Macuxi. Na verdade, segundo o naturalista, os Waimiri e Macuxi não passariam de sub-divisões dos Parukotó. Existe uma discernível identidade cultural entre os grupos Karib da área das Guianas, reforçada pela evidência de contatos estreitos entre eles.

Não cabe aqui uma resenha dos dados etnográficos existentes sobre os Waimiri e demais grupos Karib da área. A informação pode ser obtida, com facilidade, do texto de John Gillin sobre as tribos das Guianas, em HSAI III, 799-860 (cf. bibliografia). Deve ser dito, entretanto, que os Waimiri são um grupo de floresta tropical que faz suas aldeias em lugar próximo de cursos d'água, importantes pela pesca e navegação; pratica uma agricultura típica de floresta tropical. A caça e a pesca (inclusive tartarugas) tem elevada importância em suas atividades produtivas. Como os demais grupos Karib da região, os Waimiri fazem largas expedições de caça e comércio por todo o território descrito. As aldeias Waimiri, à semelhança das dos demais grupos culturalmente parecidos, constituíam, no passado, pequenas comunidades que nunca ultrapassavam os duzentos habitantes.

Alípio Bandeira dá notícia de habitantes de aldeias Waimiri visitadas entre 1915 e 1920.

"A maloca visitada pelo inspetor Bento Lemos (no Mucucuaí) é de índios não sedentários mas já cultivadores do solo... Aí encontrou cerca de 50 pessoas e, entre elas, um homem aleijado do braço direito por ferimento de bala da expedição Catanguara. Soube o Inspetor que faltavam alguns homens, que andavam fora, mas não pôde conhecer o número total deles. Notou que havia muita fartura, sendo por conseguinte esse grupo feliz no seu tranquilo retiro, salvo possíveis agressões... Em dezembro do ano passado (1921) o Sr. Luiz José da Silva, diarista do Serviço de Proteção aos Índios, visi-

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

tou as malocas denominadas Campina e Quartel. Na primeira encontrou 49 indivíduos entre homens, mulheres e crianças e viu plantações muito desenvolvidas de roçado e pomar. Na segunda achou desertas suas 3 barracas, posto que rodeadas de muitas árvores frutíferas e tendo nos fundos uma grande roça. Ao aspecto de abandono dessa paragem poz-se a examina-la com cuidado e descobriu indícios muito positivos de queima de cadáveres. Posteriormente teve explicação do caso pelos índios de Campina: uma grande epidemia de catarro, mortífera sempre fatal aos nossos selvagens, mataram quase todos os habitantes da aldeia. Os poucos que escaparam desapareceram do lugar"... (Op.cit: 35-36).

Embora comunidade tão pequenas quanto essas não sejam raras entre os Karib da região, a informação refere-se claramente a aldeamentos perturbados pela proximidade de brancos e pela introdução de novas enfermidades. É possível que, nos dias atuais, a diminuição do território tribal e o aumento da pressão da população regional tenha determinado uma concentração maior dos grupos locais, pela necessidade da defesa comum, com um substancial aumento no tamanho das comunidades Waimiri. Quanto aos cálculos do total da população, aleatórios como possam ser esses dados, a bibliografia registra pelo menos duas estimativas: por volta de 1885 Barbosa Rodrigues calculava em cerca de 2,000 os habitantes das aldeias por ele visitadas, sem referir-se ao número das restantes. Numa revisão e atualização dos cálculos demográficos de Darcy Ribeiro para o total da população indígena brasileira em 1957, Dória e Ricardo estimam os Waimiri (com o sub-grupo Atruahi) em 2.000 indivíduos (Dória & Ricardo, 1972: 32). Não são mencionadas as fontes utilizadas por esses autores. Por outro lado, não foram, até o momento, divulgados cálculos da FUNAI, que, por sua atuação na área, dispõe certamente de dados para uma avaliação mais correta da situação demográfica dos índios Waimiri.

Em relação à documentação que abaixo se transcreve, deve ser dito que, das relações entre os Waimiri e a sociedade regional, emergem dois padrões de comportamento absolutamente distintos: quase sempre pacífico quando o contato se faz fora do território tribal e invariavelmente tenso e hostil quando o contato se dá no interior da área indígena. Isso quer dizer que, a despeito do caráter geral das relações dos índios com a população regional (tradicionalmente de hostilidade), os Waimiri sempre se esforçam por manter contatos amistosos fora de suas terras (tomando repetidamente a iniciativa de se aproximarem pacificamente de viajantes ou núcleos de ocupação regional, apesar de, com a mesma frequência, serem re

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

pelidos de modo violento), enquanto resistem, via de regra, aos contatos no interior de seus territórios. Neste caso, quase sempre acabam por hostilizar ou forçar a retirada dos membros da sociedade regional que aí penetram.

### Relações com a sociedade regional

A história das relações entre índios e brancos no vale do rio Negro tem uma característica distintiva, além do padrão usual de conflito e violência que a define genericamente na Amazônia: o fato de que aí, mais que em qualquer outra região, essas relações se subordinaram, de modo quase invariável, ao propósito de explorar a força de trabalho indígena, recrutada quase sempre por meios insidiosos ou coercitivos, e submetida sempre a condições de servidão. Desde meados do século XVII, as expedições à região do rio Negro concentraram-se na captura e descimento de escravos indígenas. Como mostra Arthur Cezar Ferreira Reis, em 1657 os jesuítas Francisco Vellozo e Manoel Pires estiveram no rio Negro, estabelecendo "boas relações com os Tarumás que habitavam o rio Negro, levando-os a reuni-los em missão perto da boca do rio Tarumá. A visitação ao Amazonas e Negro até os Tarumás, frutificando, rendeu seiscentos captivos e descidos, distribuídos pelos moradores do Pará..." (Ferreira Reis, 1931: 45). As expedições posteriores de Arnau Villela, Costa Favella e outros tiveram idêntico sentido, apoiadas oficialmente pelo governo regional. A própria fundação da fortaleza da barra do rio Negro, que deu origem a Manaus, teve origem na escravização de índios. Foi mandada erigir pelo governador do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1669: "garantia o domínio português na região e criava um registro para os índios escravizados pelos sertanistas que daí em diante teriam onde socorrer-se nos momentos críticos" (op. cit.: 47).

A partir dessa época, os descimentos de grupos indígenas do rio Negro foram de tal monta que tribos inteiras se extinguíram, como sucedeu à dos Manao. O aliciamento coercitivo de índios deu origem a uma sucessão de revoltas indígenas, que não cessaram de ocorrer nos séculos XVIII e XIX, e motivaram a transferência de grupos inteiros para os territórios estrangeiros limítrofes. Um autor chama a atenção para a freqüência do termo de língua geral "caijara" (cerca), aplicado a várias localidades do rio Negro. Estes locais seriam pontos de reunião de indígenas descidos para os centros produtivos, referindo-se o termo, em sentido real ou figurado, aos currais onde eram recolhidos e mantidos sob vigilância os índios prisioneiros (ver Rodrigues Ferreira: "Memória sobre os Uarequenas"; Martius: "Viagem

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

pelo Brasil", vol. III: 4-, 294, 324 e 356; e Araújo Amazonas: "Dicionário...": 153).

Nesse quadro geral de violências, a história particular dos índios Waimiri avulta como uma seqüência infundável de conflitos, desde meados do século XIX, quando ocorrem os primeiros contatos com os grupos do rio Jauaperi, até os dias de hoje. Se há uma característica comum a todas essas informações, quase sempre de cunho oficial, será o fato de que maioria absoluta das agressões e massacres é obra da sociedade nacional e, freqüentemente, de destacamentos policiais ou forças armadas. Os casos documentados de violência indígena são, quase todos, represália a ações anteriores da sociedade regional e foram invariavelmente seguidos por expedições punitivas de efeitos desproporcionadamente maiores que os fatos que as motivaram. Barbosa Rodrigues, que estabeleceu contato pacífico com esses índios por volta de 1880, resume o caráter das relações que com eles mantinha a sociedade regional: "Pelo que acabo de expor, fica bem patente que foram a desumanidade dos civilizados, a perseguição, o fogo e a morte que fizeram com que o gentio se retraísse para as florestas e apresentem hoje uma geração selvagem em que o ódio perdurou avivado sempre pelo proceder daqueles que tinham a obrigação de estender-lhe a mão. A guerra de morte de que foram até hoje vítimas, a bala que sempre os afugentou do contato da civilização e que abriu-lhes cicatrizes no corpo, os tornaram ferozes, terríveis e intratáveis. Ainda depois de, pela primeira vez, chegarem-se aos brancos, foram, como vimos a 7 de março de 1884, espingardeados. Como não querer a vingança? Como não exigir a maldade? Não sei se interesse havia ou há em conservá-los em estado selvagem, mas o certo é que o governo não teria improficuamente gasto centenas de contos de réis se disso não se tivesse tratado" (Barbosa Rodrigues, 1885: 126).

Em janeiro de 1873, os Waimiri aproximaram-se da freguesia de Moura e nela penetraram. Toda a população fugiu espavorida com o "assalto" que não produziu vítimas, a não ser um recém-nascido, esquecido na pressa por seus pais. Este incidente, em si mesmo sem qualquer gravidade, no dizer de Barbosa Rodrigues "deu causa à guerra de extermínio que os civilizados lhes moveram, não dando-lhes quartel, sempre que chegavam ao alcance de suas armas" (op.cit.: 14). O fato, que possivelmente seria ditado pelo desejo de paz dos índios, segundo testemunhas presenciais ouvidas por Barbosa Rodrigues, deu origem a uma série de medidas despropositadas por parte do governo da Província e de suas autoridades militares.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

"Consta-me, por pessoas insuspeitas da localidade, que os índios entraram por diferente pontos sem que ofendessem, mas que, correndo todos amedrontados e fazendo fogo, responderam a hostilidade. Achando o campo abandonado, assenhoram-se dele e levaram consigo o que puderam. Parece que, se em vez de tiros fossem empregados outros meios, talvez não se desse o que se deu, porque penso que quem vem assaltar com um plano feito e inesperadamente, poderia fazer muitas vítimas na população descuidada, se o intento fosse o sangue e a morte. Pelo que ouvi de pessoas insuspeitas, parece que vinham antes procurar a paz. Chegando a capital a notícia do fato, pintado com as cores mais sombrias da palheta do noticiariasta, o Presidente fez seguir imediatamente para Moura uma força do 3º de artilharia, unida a uma outra do corpo provisório, comandada pelo comandante das armas, brigadeiro João do Rego Barros Falção que, além do estado-maior, levou o medico Dr. Luiz Carneiro da Rocha e duas lanchas artilhadas... Fazendo restabelecer o panico geral que tinha havido, o general dividiu a sua força e foi em procura dos fugitivos. Em um lago a lancha encontrou 11 ubas vazias, que flutuavam, e grande numero de corpos, que boiavam. Foram as ubas metidas a pique. Oficialmente, diz-se que os tripulantes (índios) morreram afogados, porque não sabiam nadar, e se tinham precipitado n'agua ao aproximar-se a lancha. Porém, o que a tradição ainda conserva e o que ouvi por esse tempo em Manaus, foi que metralharam as canoas, matando a bala os que procuraram salvar-se a nado. A verdade não sei. Seguindo uma força por terra e chegando ao Urubu-cuara, internou-se pelo mato. Encontrando o tenente Pastana os índios (1), começou as 9 horas da manhã um vivo fogo que terminou alta noite. Não consta oficialmente o numero dos mortos, mas dizem que foi extraordinario (2). Nesta mesma data, o subdelegado de Taua-peçaçu mandou bater os índios pelo Curinahu. Restaurada a freguezia, começou então a estacionar ahí annualmente, de Setembro a Março, uma lancha de guerra para protegê-la. A 29 de Outubro de 1874, sendo commandante do destacamento o tenente Antonio de Oliveira Horta, que tomara o commando a 27 de Março de 1873, appareceram nas immedições da freguezia novamente, os Crichanas, em numero superior a 200, que foram mortos a bala, inclusive o chefe, ficando uma so praça ferida, a de nome Quintiliano Jose Pereira. Esgotadas as munições, a 31 de Outubro de 1874, o referido commandante pediu ao commandante das armas mais 100 cartuchos embalados e 1.000 espoletas fulminantes. Não pondo em duvida a legalidade da defesa nem a veracidade do facto, comtudo este, reunido ao de 1873, leva a pensar que os Crichanas formam uma tribu de imbecis que não sabe remar, nadar e frechar. Vinte homens civilizados repeliam 200 índios assaltantes e somente tinham um ferido. E singular!

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

Onze dias depois, isto é, a 9 de Novembro, o mesmo commandante, com as 20 praças, atravessou o rio Negro e entrou pelo Jauapery a dar caça aos índios. Ahi encontrou cinco UBÁS que estavam encalhadas à margem e mandou destruí-las. No dia 12, encontrando mais duas, levou-as para a freguezia. A 21 de Novembro, pelas 10 horas da manhã, ouviu-se um tiro e um grito de alarma: era da sentinella do destacamento que, avistando um índio na mata que fica por detrás da freguezia, matara-o e pedia soccorro. Immediatamente o commandante, tenente Horta, reunindo a força, marchou contra os índios, "fazendo-os fugir incontinentemente com perdas da parte delles, que, à proporção que iam caindo, eram logo carregados por outros". Não conta que houvesse um só ferimento na força civilisadora, nem que os índios procurassem ferir os moradores. Depois deste feito e com uma força de 34 homens, internou-se pelo matto, dando caça aos que escaparam. Com effeito, não tardou muito a encentral-os, obrigando-os a se refugiar em uma lagôa, "onde fez vivo fogo sobre elles. Morreram muitos, feridos escaparam alguns, que se internaram pela matta." Ficando ahi abandonadas 12 UBÁS, foram nove picadas a machado e tres conduzidas como tropheus.

No dia seguinte, para que a população de Moura ficasse tranquilla, seguiu com a força para o theatro onde na vespera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, segundo informações officiaes e segundo a opinião de uma praça, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das arvores, onde estavam trepados silenciosos.

Então começou uma scena de cannibalismo! Eram caçadores entusiasmados ante um bando de guaribas! Cada um quiz sua parte na caçada. Apontavam a arma, descarregavam e o pobre índio cahia no meio de gargalhadas geraes! Assim cahiram todos, à excepção de um que ficou preso a um galho. Depois desta matança, retiraram-se satisfeitos os civilisados, mas não tanto como parecia, porque, ainda a 23, voltaram para empilhar os corpos e lançar-lhes fogo, "escapando muitos outros que já estavam em estado de putrefacção dentro da lagôa." Os corvos acabaram a obra civilisadora e ainda por muito tempo alvejavam pelas praias as ossadas dos infelizes Crichanás! O commandante do destacamento foi sempre auxiliado nessas excursões pelos Srs. Manoel Gonçalves, vulgo BICUDINHO, Hermogenes Rodrigues Pastana, Hermenegildo Rodrigues Pastana, e outros que em sua parte elogia.

Referiu-me o machinista Bruno que assistiu a todo esse feito como commandante da lancha, que saltou em terra com as praças que tinha a bordo, sob o commando do tenente Emilio Augusto de Oliveira, hoje fallecido, que no dia anterior um índio foi degolado pelo professor Arruda, outro esfaqueado por Camillo Gonçalves de Oliveira Netto, actual morador de Moura, outro preso à terra pelo pescoço, por meio de uma forquilha de pão, e que, depois de quasi todos cahirem mortalmente feridos,



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Manoel Gonçalves com uma arma reúna não perdia tiro, matando muitos no lago. Quando voltaram no terceiro dia, trouxeram atravessado em uma ubá, a reboque da lancha, o cadáver de um índio que, arrastado por uma praça da freguezia, esteve em exposição, sendo depois lançado ao rio.

Censurando o commandante das armas o tenente Horta, este, em sua defesa, procurando justificar-se, diz: "desde 1873 tenho feito um estudo especial sobre os meios que me vêm às mãos como efficazes para ver si os faço chegar à falla, o que me não tem sido possível, nem a ninguém!"

Em 19 de Março de 1876, estando o pescador Herme negildo de Souza Brazil no lago Cururú, encontrou os índios; mas, evitando-os, escondeu-se, e, aproveitando a escuridão da noite, fugiu sem ser offendido.

Indo a 16 de Dezembro do mesmo anno o commandante do destacamento de Moura ao rio Jauapery e encontrando uma UBÁ, fez immediatamente fogo sobre ella, obrigando os índios a fugir e aprisionando a UBÁ. Isto consta da parte de 20 de Dezembro, mas a verdade é esta: nesse dia a lancha, commandada então pelo commandante do destacamento de Moura, tenente Maiaquias José Netto, sendo machinista F. Oliveira, chegando à bocca do lago Grande, perto de Tunuahu, encontrando uma UBÁ que parecia abandonada, ao encostar a lancha à terra, encalhou, sendo logo acommettida pelos índios. Houve então vivo fogo de fuzilaria. Querendo os índios tomar a lancha, cobriram-na de frechas, pelo que a tripolação fugiu para os porões, depois de dar um tiro de metralha com o rodizio de prôa que, não estando preso pelo vergueiro, saltou no convez. Ficaram feridos alguns marinheiros e índios, morrendo muitos destes.

As informações disponíveis sobre as relações entre os Waimiri e a sociedade regional, colhidas de várias fontes, são adiante transcritas em ordem cronológica sem quaisquer comentários, de resto dispensáveis pelo carácter explícito dos textos. Vale, entretanto, uma observação adicional: o crescimento da população da área e sua valorização crescente, a partir do incremento da extração da borracha e outros produtos florestais, em fins do século passado, deram origem a novas tensões e conflitos na região do Jauaperi. Nesta nova fase, os conflitos eventuais cedem lugar a uma pressão permanente da população regional, com o objetivo de ocupar e explorar economicamente os territórios Waimiri.

Por volta de 1920, essa tendência já estava claramente configurada, como se pode ver do testemunho do indigenista Alípio Bandeira, um dos principais auxiliares de Rondon:

Começou-se desde logo no lugar Tauacuera a construção de uma aldeia, na qual pouco a pouco se iam estabelecendo os índios à proporção que compreendiam as vantagens da nova situação.

Cinco annos depois, estando eles já localizados,

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

cuidando das roças e engenhocas de que tiravam o principal sustento, quando já não constituíam perigo para ninguém, pareceu aos pescadores de riqueza que era tempo de invadirem o rio e tomarem as terras férteis de muita cousa e principalmente do produto que a esse tempo mais dinheiro dava-a castanha.

Foi assim que se introduziram no Jauapery, primeiro o engenheiro Antonio Crespo de Castro, com títulos definitos de dois grandes lotes e títulos provisórios de tres outros, e em seguida o agrimensor Epaminondas Gagliardi, com quatro lotes mais modestos.

Ficaram os índios encurralados em uma nesga de terra que mal dava para um roçado e, como era natural, foram surgindo inconvenientes da vizinhança de que estavam cercados. O Inspetor teve de mudar o posto, indo fundar um novo estabelecimento em Maháua, muito acima de Tauacuera.

A invasão continuou, porém. Em Outubro de 1921, Simplicio Coelho de Rezende Rubim, aproveitando a circunstancia de ser governador do Estado o seu tio de sembargador Rego Monteiro, associou-se a outros indivíduos para a exploração de castanhas e requereu grandes lotes cujos autos em Maio deste anno estavam na Secção de Terras para conferencia. Entraram assim no rio, justamente na sua melhor parte, além de Simplicio, Bezerra & Irmão, Gregorio Horta, José Francisco Soares Sobrinho, Guilherme Baird e outros.

O Inspetor Bento Lemos levantou-se contra essas clamorosas usurpações e protestou por todos os meios ao seu alcance, collocando-se decididamente na defesa dos direitos possessórios dos selvicolas.

O Snr. Rêgo Monteiro indignou-se da audacia do inspetor, que se atrevia a pôr embargos numa pretensão de um seu sobrinho, e não teve duvida — difamou-o clandestinamente em telegrama que passou ao Ministro da Agricultura, accusando-o de explorar castanhas, com o privilegio do seu cargo, em detrimento da concorrência natural, e de demarcar para elle, sob pretexto de fazel-o para os índios, terras já possuidas por civilizados.

O autor destas linhas, tendo sciencia dessa ignobil trama, publicou no "Rio Jornal" um enorme artigo de mascarando-a do principio ao fim e desafiando os amigos do governador a que o contradissem.

O artigo causou, como era natural, espanto; havia no Rio de Janeiro senadores e deputados amazonenses, mas nenhum tomou a defesa do snr. Rego Monteiro: a accusação até agora, fazem 11 mezes, está de pé.

As terras dos índios não ficaram por isto resguardadas, mas o inspetor não foi demittido, nem a Inspeção suprimida, como desejava e pedia o governador, o qual fez, pelo Estado, todo o mal que podia: mandou revogar a lei numero 941 de 16 de Outubro de 1917 que concedia aos índios as areas por elles occupadas em diversos rios.

Ficou, assim, autorizado a entregar a seu sobrinho Simplicio as cobiçadas terras do Jauapery. E aos dignos comparzas legisladores, votando ao sabor da

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

vontade do seu amo, nem sequer ocorreu que armavam esse infiel magistrado de meios para assaltar até os pontos onde a Inspetoria já tem estabelecimentos fundados, pois a nova lei exclui das concessões que se façam aos selvicolas "as terras que já tenham sido concedidas pelo Estado e as que já estiverem cultivadas por qualquer pessoa com residência habitual e cultura efetiva". Manhosa estratégia com que se mascara a espoliação. Por exemplo:—O Serviço de Proteção aos Índios, como se deu no Jauapery, pacifica uma tribo que pela sua presença segregava da civilização um rio inteiro. Depois de algum tempo e penoso trabalho, localiza os selvagens num certo ponto: abre campos, faz estradas, constrói barracas, levanta e demarca o trecho que lhe parece indispensável, e requer a respectiva concessão.

O governo embaraça e protela. Nisto aparece o requerimento do parênte ou amigo do governador: o Estado concede-lhe aquele mesmo trecho assim preparado e, como já foi concedido pelo Estado, ha que desalojar e expulsar os selvicolas!

Essas extorções legais de terras de gentios e de lavradores pobres são coisa muito comum no Amazonas, em Mato Grosso e em quasi todos os Estados.

Um antecessor do snr. Rego Monteiro e cujo nome em homenagem à delicadeza feminina aqui se oculta, não se pejou de fazel-as em benefício de sua propria esposa. O bispo Aquino Corrêa não trepidou em pratical-a contra uma brasileira pauperrima em proveito da sua riquissima congregação. — (Alipio Bandeira, op.cit: 38-40)

Relatórios posteriores do SPI, transcritos na parte documental, testemunham a continuidade dos esforços de penetração e apossamento das áreas indígenas. A permanência desse quadro é agravada pelas violências impunes contra os índios, que se estendem, na área, praticamente aos dias de hoje (cf. "O Jornal", Manaus, edição de 15-3-1949, transcrição anexa). A violência como norma habitual de conduta em relação aos Waimiri e as tentativas reiteradas de ocupação de seus territórios constituem os determinantes essenciais da hostilidade indígena.

A experiência histórica tem demonstrado que os atos de retaliação indígena se dirigem genericamente contra toda a sociedade regional e não meramente contra os indivíduos ou setores responsáveis pelas violências ou agravos sofridos.

No âmbito restrito dessa informação não cabe, certamente, uma análise do conjunto de circunstâncias que conduziram ao infeliz sacrifício de Gilberto Pinto e de seus companheiros. Parece certo, entretanto, que essas causas se vinculam essencialmente ao quadro geral de suspeição e de violência que tem definido as relações entre os índios e a sociedade regional.

Recentemente, um dos mais experimentados especialistas da FUNAI na

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

área amazônica formulou a hipótese de que o atentado à equipe de pacificação entre os Waimiri teria, como causa próxima, uma visita que um chefe indígena Waimiri fez a Manaus em companhia de Gilberto Pinto. Na volta, o avião que os conduzia acompanhou o curso da rodovia em construção que corta a área Waimiri. Pôde assim o chefe indígena ter uma visão clara do devassamento definitivo de seu território, tornado possível pela estrada e ampliado pelo desmatamento e a implantação de estabelecimentos agro-pastoris às suas margens. Esse fato teria provocado o clima de exaltação que culminou com o ataque aos funcionários da FUNAI, alguns dias mais tarde.

A documentação de que se extraíram as cópias xerográficas anexas torna mais plausível tal hipótese, ao sintetizar mais de cem anos de história, dos quais emerge, invariavelmente, uma imagem de violência e de esbulho nas relações que a sociedade nacional vem mantendo com esses índios.

Em face desse quadro, parece pouco provável que os índios Waimiri-Atroari consigam estabelecer distinções precisas entre a índole, os interesses e as intenções de funcionários do órgão indigenista e o tratamento que tradicionalmente vêm recebendo da sociedade regional.

*Carlo de Araujo Moreira Neto*

CARLO DE ARAUJO MOREIRA NETO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
Superintendência Regional no Amazonas

OP. nº 169 /75/CART      Manaus, 05 de fevereiro de 1.975.

Senhor Delegado:

A fim de instruir o Quêrito Policial número 3/75, solicito a V. Sa. informações atuais sobre:

1. A índole dos indígenas das Tribos "wai miris-atroaris";
2. Como se classificam o grupo étnico a que pertencem e possível localização de região onde vivem;
3. Informação sobre os massacres anteriores provocados pelos mesmos grupos indígenas.

Na oportunidade, apresento a V. Sa. meus protestos de consideração e apreço.

*[Handwritten Signature]*  
 Bel. HEMIO VIEIRA JUNIOR  
 CHEFE DA DOPS/SR/AM

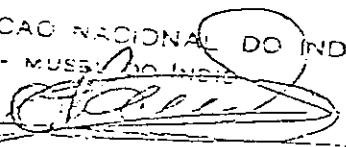
ao Ilmo. Sr.  
 FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES  
 Md. DELEGADO DA 1ª DE/FUNAI  
PRESENTE.

Sr. Diretor do Museu do Índio,  
 estou encaminhando, anexa ao presente processo,  
 a informação reunida sobre o índio  
 Waimã. A duração do report deve ser  
 a necessidade de coletar a documentação  
 anexa, indispensável à um conhecimento  
 mesmo superficial e episódico das  
 graves tensões e conflitos que envolvem  
 esse índio.

Rio, 23 set - 1975.

Caro Sr. Diretor

À Sua Chefia da DEP  
 Com a informação solicitada.  
 Em, 14/10/75

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
 - MUSEU DO ÍNDIO  
  
 DIRETOR



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

FUNAI  
REF. memo. 079-1º DE.

A DEP para a Tenda.

Dqyte. 24-09-75

João Amal

Dr. Chefe:

Sugermos que o Sr. Chefe, impondo  
na encomenda do auto pólago do  
Museu do Índio Carlos Moreira Neto,  
para prestar os esclarecimentos solicitados.

DEP 11-6-75

La Rogado

Lo Ilmo. Sr. Diretor do Museu do Índio,

1. Encarecendo a fineza de pedir a colaboração de Sr. CARLOS MOREIRA NETO;
2. Esclarecendo que a documentação existente no Setor de documentação desta DEP está disponível;

Lo Sr. Carlos Moreira  
Neto, para a Tenda.

Em 13/6/75

Pras. 11.06.75  
Calymperium

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
Coordenação da Amazônia — COAMA  
Sub-Coordenação do Amazonas — SUB-COAMA  
MANAUS — AM.

MEMORANDUM Nº 079/1A DR/75

Em 07 / 02 / 75

DO: DELEGADO REGIONAL SUBSTITUTO  
PARA: DIRETOR DO DSPC  
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO (FAZ)

SENHOR DIRETOR,

TENDO EM VISTA A SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MANAUS, ATRAVÉS DO OF. Nº 169/75/CART, DE 05.02.75, XEROCÓPIA ANEXA, SOLICITAMOS DE V.SA. QUE O SETOR COMPETENTE DESSE DEPARTAMENTO ENCAMINHE DADOS REFERENTES AO ASSUNTO PAUTADO NAQUELE OFÍCIO.

TAL SOLICITAÇÃO, PRENDE-SE AO FATO DA INEXISTÊNCIA NESTA DR, DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA A PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE O ASSUNTO, EM VIRTUDE DA REQUISIÇÃO DE PROCESSOS SOLICITADA PELAS BIBLIOTECÁRIAS DESSE DEPARTAMENTO CONFORME RELAÇÃO ENVIADA A V.SA., ANEXA AO MEMO Nº 036/1A DR/75, DE 22.01.75.

ATENCIOSAMENTE

LAÉRCIO CERQUEIRA DE ALCANTARA

DELEGADO REGIONAL-SUBST.

